

Feminismo e historiografia: contribuições teóricas para uma releitura da história

Feminism and historiography: theoretical contributions to a rereading of history

Feminismo e historiografía: contribuciones teóricas para una relectura de la historia

DOI: 10.54901/educa.v9-589

Prof. Me. Hélio Clemente Fernandes¹

Prof. Dr. Aparecida Favoreto²

RESUMO: O artigo analisa as contribuições do pensamento feminista para a historiografia contemporânea, com enfoque no desenvolvimento desse campo no Brasil e em suas implicações nas instituições jurídicas e educacionais. A partir da categoria de gênero objetiva-se demonstrar a necessidade da revisão historiográfica e epistemológica na produção do saber, desvelando as estruturas patriarcais de dominação. Com base na pesquisa bibliográfica fundamentada em Gerda Lerner, Joan W. Scott, Mary Del Priore, Heleieth Saffioti, entre outras, o estudo problematiza os determinismos biológicos utilizados para justificar a subordinação das mulheres. Nota-se, no cenário brasileiro, um duplo movimento analítico da historiografia que transita entre o resgate da agência histórica feminina na vida cotidiana e a crítica estrutural do patriarcado como um sistema social duradouro. Neste diapasão, a pesquisa desmistifica a suposta neutralidade do ensino e dos livros didáticos, apontando-os como instrumentos de controle que marginalizam o protagonismo das mulheres e atendem às demandas capitalistas. Sob uma perspectiva marxista, critica-se a visão liberal, demonstrando que o simples acesso à escolarização formal não garante emancipação. Conclui-se que a superação das desigualdades se conecta com a ruptura das estruturas de dominação capitalista e patriarcal, sendo a perspectiva das mulheres uma dimensão fundamental para a democratização da sociedade e do conhecimento.

Palavras-chave: Historiografia Feminista; Gênero; Patriarcado; Educação; Relações de Poder.

1 INTRODUÇÃO

Nesta parte inicial do texto, analisa-se as contribuições do feminismo³ para a historiografia contemporânea, com destaque para o impacto epistemológico das teorias feministas na crítica ao androcentrismo⁴ na história. No âmbito mundial, com base em autoras

¹ Doutorando em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cascavel, Paraná, Brasil. E-mail: helio.fernandes@escola.pr.gov.br

² Doutorado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, Paraná, Brasil. E-mail: cida.favoreto20@gmail.com

³ Feminismo enquanto um movimento social, filosófico e político com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades, direitos e tratamento entre mulheres e homens, contrapondo-se ao patriarcado e violência de gênero. (Costa, 2005)

⁴ Androcentrismo entendido como uma visão de história, de mundo, onde a perspectiva masculina (do homem) é colocada como central sob a qual se concentra a experiência humana, deixando a margem as experiências das mulheres e as outras perspectivas.

como Gerda Lerner, Joan W. Scott e Simone de Beauvoir, discute-se a emergência das mulheres e da categoria de gênero como instrumentos analíticos importantes para a reinterpretação do passado. Conjectura-se que o feminismo, além de ampliar os objetos da investigação histórica, também redefiniu seus métodos e pressupostos teóricos.

Por muitos séculos, a escrita da história esteve pautada em uma perspectiva androcêntrica, na qual os homens figuravam como sujeitos universais nos registros históricos. Quando mencionadas, as mulheres eram retratadas de modo estereotipado, marginalizado. Contra essa exclusão sistemática, a crítica feminista à historiografia surge como resposta, de modo especial a partir da segunda metade do século XX. Gerda Lerner (2019, p. 28) destaca:

Até o passado mais recente, esses historiadores eram homens, e o que registravam era o que homens haviam feito, vivenciado e considerado significativo. Chamaram isso de História e afirmaram ser ela universal. O que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada. O conhecimento histórico, até pouco tempo atrás, considerava as mulheres irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos.

Por sua vez, a invisibilidade das mulheres na história é resultado do modo como os historiadores definiram o que era historicamente relevante, uma vez que as “mulheres são e foram peças centrais, e não marginais, para a criação da sociedade e a construção da civilização” (Lerner, 2019, p. 28). Essa afirmação inaugura uma revisão profunda dos critérios de seleção, interpretação e legitimação do conhecimento histórico.

De acordo com Lerner (2019, p. 29) as “mulheres foram impedidas de contribuir com o fazer História, ou seja, a ordenação e a interpretação do passado da humanidade”. Essa história escrita por/sobre e para homens produziu uma imagem distorcida da realidade⁵. Nesse viés, o feminismo realiza a crítica à historiografia tradicional, questionando a invisibilidade das mulheres e os próprios fundamentos epistemológicos da disciplina histórica. Sobre isso, Simone de Beauvoir (1970, p. 10) assinala que “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”⁶, revelando como as hierarquias de gênero estruturam tanto as relações sociais quanto a produção do saber histórico.

⁵ Um exemplo disso, encontra-se no artigo *A Teoria Social, A Estória Calculei Mal E A Figura da Mulher Imigrante Italiana*, onde (Favoreto; Fernandes, 2005, p. 4) analisam uma história oral difundida entre colonos italianos do sul do Brasil.

⁶ A autora assinala que: “A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste ‘a grande derrota histórica do sexo feminino’” (Beauvoir, 1970, p. 74).

Sobretudo a partir da década de 70 ocorre a emergência da história das mulheres, consolidando-se como um novo campo de investigação⁷. Esse movimento procurou recuperar trajetórias, experiências e práticas femininas invisibilizadas pela historiografia tradicional. Gerda Lerner (2019, p. 29) afirma que “As mulheres ‘fizeram história’, mesmo sendo impedidas de conhecer a própria História e de interpretar a história, seja a delas mesmas ou a dos homens”. Sendo assim, a História das Mulheres além de acrescentar personagens femininas às narrativas existentes, propõe uma revisão estrutural dos processos históricos que sistematicamente excluíram as mulheres de sua escrita. Sendo assim, Joan W. Scott (p. 74) observa:

Para os/as historiadores/as das mulheres, não tem sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história, ou que as mulheres participaram das principais revoltas políticas da civilização ocidental. A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um domínio separado (“as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em consequência deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito”; ou “a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica”).

Nesse panorama, explicita-se que a simples adição das mulheres à história não equaliza o problema da desigualdade de gênero; logo é necessário questionar as categorias que organizam o conhecimento histórico, tendo presente “a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens” (Scott, 1995, p. 85).

O conceito de gênero, como categoria de análise histórica, representa uma importante contribuição teórica do feminismo à historiografia. Em seu texto clássico, Scott (1995, p. 86) define gênero pautado entre duas proposições conectadas: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. As diferenças biológicas deixam de ser neutras e são usadas para justificar e naturalizar hierarquias de poder. Dito de outro modo, ocorre a assimilação da diversidade dos corpos (sexo) e a transformação para uma regra sobre quem manda e quem obedece na sociedade. Entretanto, essa abordagem favorece a compreensão de que as desigualdades entre homens e mulheres não são naturais, mas historicamente construídas. Simone de Beauvoir (1970, p. 7), discute a ideia de que a feminilidade não é um dado biológico, mencionando a exortação social: “Sejam mulheres,

⁷ Conforme Rachel Soihet e Suely Gomes Costa (2008, p. 30): “Desde os anos 1970, nos Estados Unidos, sob os “estudos das mulheres” ou Women Studies pesquisadoras de diferentes tradições disciplinares se agrupam”.

permaneçam mulheres, tornem-se mulheres”, deslocando a categoria de gênero de uma explicação biologizante para uma perspectiva cultural, social, política e histórica.

Essa desconstrução das desigualdades proposta pela historiografia reverbera também no campo jurídico. Alice Bianchini (2023) ao escrever sobre Teoria Feminista do Direito⁸, seus métodos e a importância da perspectiva de gênero no campo jurídico oferece a base teórica para desconstruir a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres, mostrando que tanto o Direito quanto a História foram usados institucionalmente para perpetuar a subordinação feminina; o que converge com a necessidade de uma perspectiva de gênero crítica para mostrar que as funções sociais femininas não são biológicas e, sim construções sociais, políticas, históricas e culturais mantidas pela invisibilidade feminina. Portanto, para Bianchini (2023, p. 64-65): “O objetivo primordial da TFD [Teoria Feminista do Direito] é mudar a mentalidade⁹ dos atores jurídicos [...] percebendo sempre que, apesar de ser fonte de justiça, o direito, se não bem manejado, também pode ser fonte de opressão”. Nesta esteira, de acordo com a pesquisadora, a lei, por si só, não garante justiça. É preciso uma leitura crítica e sensível ao gênero por parte de quem aplica a lei, no intuito de evitar que o tribunal se torne mais um espaço de violência contra a mulher.

Gerda Lerner (2019, p. 31) enfatiza a importância da “compreensão de que a relação de homens e mulheres com o conhecimento de seu passado é, por si só, uma força motriz no fazer história”. Corroborando, dessa maneira, com o movimento feminista no entendimento de que a historiografia tradicional ao invisibilizar a atuação feminina contribuiu para legitimar estruturas patriarcais. Portanto e no contraponto do androcêntrismo, a historiografia feminista propõe uma ciência histórica comprometida com a democratização do saber. Entende-se, por conseguinte, que a problematização das relações de poder envolvidas na produção do conhecimento onde a exclusão das mulheres da história atua enquanto um instrumento de sua subordinação é fundamental.

Neste panorama, Joan Scott (1995, p. 73) argumenta que o feminismo não apenas adiciona novos temas à história, mas transforma o modo como pensamos o passado:

[...] o que é talvez mais importante, “gênero” era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os

⁸ Historicamente e tradicionalmente, se ensinou que a justiça é imparcial, aplicada a todos do mesmo modo. Contudo a TFD (Teoria Feminista do Direito) argumenta que o Direito foi escrito ao longo da história por homens e para homens, sendo um reflexo do universo masculino.

⁹ Portanto, além de mudar o que está escrito é necessário mudar quem a interpreta. Se o “ator jurídico” não tiver uma perspectiva de gênero, uma ‘consciência feminista’, ele continuará a reproduzir estereótipos machistas nas suas sentenças. Exemplo disso, a culpabilização da vítima em casos de violência sexual com base no seu comportamento, aparência e vestimentas.

paradigmas disciplinares. As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente.

Grosso modo, a inclusão das mulheres na história não é apenas uma adição de conteúdo, mas uma revisão teórica. Portanto, as contribuições feministas à historiografia são relevantes na medida em que ao denunciar o androcentrismo histórico recuperam experiências femininas, introduzem o gênero como categoria de análise e redefinem os fundamentos da escrita da história. Nesta esteira, Gerda Lerner (2019, p. 28) destaca que as mulheres, assim como os homens, “são e sempre foram sujeitos e agentes da história. Uma vez que as mulheres são metade e às vezes mais da metade da humanidade, elas sempre compartilharam o mundo e o trabalho tal qual os homens”. A partir desse fato é possível concluir que não existe uma história verdadeiramente humana, sem a história das mulheres. Portanto, a historiografia feminista não constitui um campo inferior, mas uma dimensão essencial da produção histórica contemporânea. A seguir, apresentamos algumas reflexões sobre o feminismo no Brasil.

2 HISTORIOGRAFIA, FEMINISMO E PATRIARCADO NO BRASIL

Nesta parte, cumpre assinalar a relevância das contribuições de Mary Del Priore e Heleieth I. B. Saffioti para o desenvolvimento da historiografia feminista brasileira, seja pela problematização da invisibilidade histórica das mulheres, seja pela compreensão das estruturas patriarcais que sustentam a dominação masculina. Neste sentido, as obras *História das Mulheres no Brasil* e *O Poder do Macho*, ao discutirem a relação entre gênero, poder e produção de conhecimento histórico, evidenciam como o feminismo redefiniu objetos, métodos e interpretações na historiografia nacional.

Ora, a historiografia brasileira, ao seu modo, também reproduziu uma narrativa centrada na figura do homem por um longo tempo, deixando as mulheres numa condição secundária e/ou ausente. A partir da segunda metade do século XX, a crítica feminista a esse modelo de escrita da história centrada no masculino ganhou força. Autoras passam a questionar não apenas a ausência das mulheres, mas os próprios critérios de construção do saber histórico, entre elas: Mary Del Priore (2004) e Heleieth Saffioti (1987), assumem uma função de destaque. A primeira por se dedicar à reconstrução histórica das experiências femininas no Brasil, a segunda, por analisar as bases estruturais da dominação masculina e evidenciar o patriarcado como sistema social e histórico.

Mary Del Priore, ao organizar a obra *História das Mulheres no Brasil*, constitui um marco na historiografia brasileira ao reunir estudos que demonstram a presença ativa das mulheres em diferentes períodos históricos. A finalidade da autora (Del Priore, 2004, p. 7) com seu trabalho é atingir:

[...] a todos os tipos de leitores e leitoras: adultos e jovens, especialistas e curiosos, estudantes e professores. É um livro que procura arrastá-los numa viagem através do tempo, fazendo-os ver, ouvir e sentir como nasceram, viveram e morreram as mulheres, o mundo que as cercava, do Brasil colonial aos nossos dias.

Neste excerto ao escrever “adultos e jovens, especialistas e curiosos”, a autora derruba os muros da torre de marfim acadêmica em favor da democratização do conhecimento. Faz isso sem destoar do rigor científico, pois escreve para os “especialistas” e, ainda, sem tornar o texto ilegível para o público leigo: os “curiosos”. A função social acontece na medida que temos a indicação de que a história das mulheres é um patrimônio comum, necessário tanto para a formação escolar: os “estudantes”, quanto para a compreensão da vida adulta.

O “ver, ouvir e sentir” indica a vibração, a importância da história sensorial em contraponto com a história tradicional que muitas vezes se centra em datas, tratados e estatísticas frias. Del Priore, ao propor que o leitor irá “ouvir e sentir”, intenta gerar empatia. Ou seja, não é apenas um saber mecanicamente que elas viveram, mas compreender como sentiam a fome, o parto, o calor, o frio, o prazer e o luto. Trata-se de uma história viva e visualizada de dentro para fora. Ao citar as palavras: “nasceram, viveram e morreram”, a pesquisadora demonstra o ciclo da vida, enfatizando a relevância da história do cotidiano, onde em vez de focar apenas a história de grandes rainhas, de heroínas excepcionais, a centralidade está na experiência humana universal; abrangendo as amas de leite, as parteiras, as donas de casa, as escravizadas, as operárias e as aristocratas. Em sua obra, o nascer, o crescer e o morrer encontram-se entrelaçados e são apresentados como eventos sociais e não apenas biológicos.

Del Priore (2004, p. 7) ao finalizar a frase com a expressão: “do Brasil colonial aos nossos dias” sugere uma busca por permanências e rupturas, convidando os leitores a olhar o que mudou drasticamente (como os direitos civis) e o que permanece estagnado (como certas formas de violência e pressões estéticas) ao longo dos mais de quinhentos anos. Em suma, ao organizar essa obra que trata da *História das Mulheres no Brasil*, a pesquisadora promete um tratado em defesa de que o conhecimento do passado das mulheres é fundamental para compreender a identidade brasileira na atualidade.

Ora, embora raramente tenham sido reconhecidas como sujeitos históricos, as mulheres sempre estiveram presentes na história do Brasil, Acrescenta Del Priore (2004, p. 7):

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos.

Em outras palavras, o destaque propõe uma ruptura em relação à visão tradicional da história, onde as mulheres eram apresentadas como coadjuvantes de grandes homens e frequentemente relegadas a notas de rodapé. Del Priore (2004, p. 7) ao enfatizar que “a história das mulheres não é só delas”, derruba a ideia de que estudar mulheres é estudar um gueto, um nicho separado. A partir dessa historiadora, é possível compreender a centralidade das mulheres nas estruturas sociais (famílias, criação dos filhos) e na economia (trabalho), essencial para a compreensão do desenvolvimento da sociedade, da demografia, da cultura, da historiografia. Pode-se dizer que as mulheres são o espelho em que a história da mídia, do homem, da criança, da ciência, da literatura, se reflete.

A quebra da idealização feminina ocorre no apontamento “da violência que sofreram e que praticaram”. Essa exposição honesta demonstra que as mulheres são vítimas e agentes de violência, fugindo de estereótipos tradicionais que a colocam numa posição passiva de “santa” e da eterna “vítima indefesa”. O existir enquanto um ser humano integral implica na capacidade para o bem e para o mal, isso confere ao feminino agência histórica, protagonismo de suas ações. Já com a proposição “a história do seu corpo” a obra valida a intimidade (o privado) como documento (histórico, público e político). Sabedora de que a história é feita muito mais do que com batalhas e leis, pois existem os corpos que foram exibidos, controlados, escondidos e libertados, ela menciona a “loucura” que – muitas vezes rotulada como histeria – foi utilizada para silenciar mulheres que ousaram desafiar as normas, os costumes e as leis. Com essa obra ocorre a reivindicação dessa loucura e desses sentimentos, “amores e dores”, como fatos históricos legítimos. Em linhas gerais, é a busca pela totalidade historiográfica, pois ao puxar o fio da “história das mulheres”, temos o desvelamento de todo o tecido da civilização humana, com suas dores, belezas, violências e contradições. Enfim, a obra organizada por Del Priore (2004) é um convite a pensar e analisar o passado com lentes mais abrangentes e fidedignas, capazes de captar a história em sua totalidade e complexidade.

Portanto, o silêncio histórico sobre as mulheres não é casual e, sim resultado de escolhas historiográficas que definiram o que era digno de memória. Sendo assim, de acordo com Del

Priore (2004, p. 8), existe uma carência de “historiadores, homens e mulheres, que interpretem com maior frequência o estabelecimento, a gênese e a importância dos fatos históricos que envolvem as mulheres”. Essa convocação se contrapõe a noção de que a história das mulheres é um assunto de interesse exclusivo de historiadoras, de feministas. Qualquer historiador sério, independentemente de seu gênero, precisa se ocupar da compreensão da função da mulher, pois isso é necessário para romper com as amarras da segregação em direção da história integrada, onde a explicação da economia, da cultura e da política só podem ser constituídas em sua totalidade a partir da história das mulheres: onde elas estavam e o que elas faziam.

Ao seu modo, Heleieth Saffioti (1987), em *O Poder do Macho*, desvela uma interpretação estrutural da dominação masculina, compreendendo o patriarcado como um sistema histórico duradouro. Nas palavras de Saffioti (1987, p. 47): “Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios”, o que se denominou de patriarcado constitui um sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem. A pesquisadora enfatiza que essa dominação não se restringe ao âmbito privado, mas atravessa todas as esferas da vida social, entretanto, para Saffioti (1987, p. 6-7):

“[...] no momento em que o homem entender que também ele é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres, a supremacia masculina estará ameaçada. E com ela estarão também ameaçados o duplo padrão de moral que alimenta a família burguesa, a própria família, o domínio dos poderosos”.

Além disso, as análises de Saffioti explicitam que a desigualdade de gênero não decorre de fatores biológicos¹⁰ e, sim de uma construção histórica e ideológica profundamente enraizada na sociedade brasileira. No entendimento de Saffioti (1987, p. 10) “os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade é, portanto, socialmente construída”.

Destarte, a aproximação entre as obras de Del Priore (2004) e Saffioti (1987) favorece a compreensão da historiografia feminista como um campo que articula experiência histórica e análise estrutural. Por um lado, Del Priore expõe a atuação concreta das mulheres, Saffioti revela como essas experiências são moldadas por relações de poder onde a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Por isso, afirma Saffioti (1987, p. 94): “Enquanto o patriarcado e o racismo forem considerados meramente como ideologias e não enquanto relações de poder que

¹⁰ Não obstante, de acordo com Saffioti (1987, p. 13): “Do ponto de vista biológico, o organismo feminino é muito mais diferenciado que o masculino, estando já provada sua maior resistência”.

são, será impossível chegar-se a uma democracia racial e sexual”. Esse apontamento dialoga com os estudos reunidos por Del Priore, que demonstram como as mulheres enfrentaram limites impostos pelo patriarcado e, nesse embate, também construíram estratégias de resistência.

Tanto Saffioti quanto Del Priore compartilham o fato de que a exclusão das mulheres da história esteve associada à manutenção de estruturas de poder que não se transformam meramente através da legislação¹¹, sendo imprescindível um enfrentamento ideológico, cultural e político; que de acordo com Saffioti (1987, p. 29) passa pela explicitação do processo de construção social da inferioridade:

Da mesma forma que não há ricos sem pobres, não há superiores sem inferiores. Logo, a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina. Mulher dócil é a contrapartida de homem macho. Mulher frágil é a contraparte de macho forte. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do macho superior.

Neste arcabouço teórico, Del Priore (2004, p. 7 - 9), corrobora com essa compreensão ao assinalar que reconhecer as mulheres como sujeitos históricos implica rever categorias, métodos e temas da historiografia. Sendo assim, o feminismo contribui para uma redefinição epistemológica da história, ampliando seus horizontes interpretativos.

Nessa perspectiva, os trabalhos de Mary Del Priore e Heleieth Saffioti evidenciam um duplo movimento da historiografia feminista brasileira, uma vez que temos a recuperação das experiências femininas e a crítica estrutural do patriarcado. Com a integração desses dois eixos a escrita da história torna-se mais crítica e inclusiva. A mulher ocupa, historicamente, uma posição de inferioridade na ordem das hierarquias sociais, ao ponto de Saffioti (1987, p. 16) destacar:

Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem. Homens subjugados no reino do trabalho por uma ou mais mulheres detêm poder junto a outras mulheres na relação amorosa.

Portanto, essas pesquisadoras, cada uma ao seu modo, resgatam o passado das mulheres e contribuem para o entendimento das desigualdades persistentes nas relações sociais da atualidade. Estas análises e considerações são importantes para o entendimento da educação e

¹¹ No tópico sobre As leis e sua não-implementação, Saffioti (1987, p. 72) inicia com a seguinte proposição: “O Brasil é conhecido como não cumpridor de leis. De fato, a nação tem milhares de leis que são sistematicamente descumpridas, não implementadas”.

das representações da mulher diante das relações sociais e de poder, assunto do próximo subtítulo.

3 A EDUCAÇÃO, O PODER E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MULHER

Ao longo da história, a educação da mulher foi permeada por limites impostos por uma sociedade estruturada sob bases patriarcais. O acesso feminino ao conhecimento, durante séculos, esteve condicionado à sua função social, sobretudo à vida doméstica e à maternidade. A visão médica e filosófica predominante no pensamento ocidental (e no Brasil colonial/imperial) era a de uma mulher biologicamente “incompleta” e “instável”, dependente do homem para alcançar o equilíbrio físico e mental. Neste sentido, em seu capítulo de livro, intitulado *Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino*, Mary Del Priore (2004, p. 70) assinala:

[...] a concepção e a gravidez eram remédio para todos os achaques femininos. E, uma vez que o macho era a “causa eficiente” da vida na compreensão de Aristóteles, o homem ocupava lugar essencial na saúde da mulher, dele dependendo, exclusivamente, a procriação.

A mulher, diante da medicina da época acreditava que o corpo feminino era úmido e frio, propenso a doenças nervosas, desmaios e, especialmente, à histeria (do grego *hysteria*, que significa útero). Havia a crença de que o útero vago por conta de uma falta de gravidez, propiciaria doenças no corpo da mulher. Portanto, a gravidez, além de sua função reprodutiva representava uma cura para a mulher. Com base em Aristóteles o homem era o agente ativo e a mulher o passivo. Pois, de acordo com a biologia aristotélica o macho era a “causa eficiente” onde a mulher fornecia a matéria (o sangue/corpo) e o homem era o fornecedor da “forma”, da “alma”, a centelha da vida. Sem o homem a matéria é inócua, ineficaz, sem vida. A conclusão disso é a de que a mulher para ter saúde necessitava do sêmen do homem. Sem o auxílio do homem o organismo da mulher nada conceberia. Para que seu organismo funcionasse corretamente e não adoecesse a mulher precisava de um homem, ser essencial para sua saúde. Disso resulta a visão da “mulher solteira” como um problema. A mulher sexualmente ativa, que não engravida, sem a tutela do homem era julgada frequentemente como suspeita. Devido a ‘retenção de fluídos’ e à falta da função organizadora do homem estava sujeita a se tornar amarga, histérica e louca. É a ciência a serviço do patriarcado, onde os médicos receitavam o casamento e a gravidez como tratamentos para tristeza, ansiedade e irregularidades menstruais.

Enfim, esse entendimento legitimava o controle sobre o corpo da mulher. Mary Del Priore (2004) explicita como a ciência, medicina e a biologia¹² foram utilizadas para justificar que a única existência saudável para uma mulher era ser mãe e esposa, empossando o homem como o “senhor e provedor” de sua saúde e de sua vida.

Dentro das relações de poder¹³ é que se compreende a escolarização das mulheres atrelada historicamente à moral cristã e à manutenção da ordem social. Uma vez que a construção dos sistemas educacionais foi orientada pelos valores da cultura patriarcal, compreender a educação feminina implica analisar as relações de poder que orientaram a consolidação dos sistemas educacionais.

Joana Maria Pedro (2004), em seu capítulo de livro, *Mulheres do Sul*, a partir de um texto de 1855 explicita a idealização da função social do feminino ligado à maternidade, ideia que já vinha sendo propagada há tempos na Europa. Entretanto, no século XVII ocorre a ampliação, segundo Pedro (2004, p. 236), “na Europa a preocupação dos adultos com a infância e a partir do século seguinte as mulheres passaram a ser valorizadas em seu papel de mães e responsabilizadas pela vida e educação das crianças”. Essa concepção dialoga com a análise de Saffioti (1987), para quem a educação é um mecanismo eficiente de reprodução da ideologia patriarcal. Para Heleieth Saffioti (1987, p. 85): “O bom entendimento dos mecanismos de atuação do patriarcado-racismo-capitalismo determina a direção para a qual se conduzem as lutas sociais”. Ao limitar o acesso das mulheres ao conhecimento científico e político, reforçava-se a posição subordinada do feminino na estrutura social.

Assim sendo, na obra *O poder do macho* explicita-se que a desigualdade educacional entre homens e mulheres não é fruto do acaso e, sim de um sistema histórico. Saffioti (1987, p. 56) argumenta que na sociedade capitalista a “subordinação daqueles que vendem sua força de trabalho no mercado é absolutamente necessária para que haja exploração”, o que explicita a dupla dimensão do patriarcado de dominação e exploração. Da compreensão dessas duas faces deste fenômeno torna-se possível o entendimento das análises de que o patriarcado atribui à mulher um papel secundário, restringindo sua formação intelectual e profissional. Nessa linha de raciocínio, a educação da mulher funcionou como instrumento de dominação simbólica,

¹² Nas palavras de Del Priore (2004, p. 71): “A mulher ‘bem constituída’, no entender dos doutores, era exclusivamente a que se prestava à perpetuação da espécie, ungida por uma vocação biológica que fazia da *madre* uma forma na qual era organizada a hereditariedade”.

¹³ Vale lembrar, em conformidade com Saffioti (1987, p. 61) que o patriarcado é “o mais antigo sistema de dominação-exploração; (...) nesta linha de raciocínio, têm-se o patriarcado escravista, feudal e, finalmente, o patriarcado capitalista”.

reforçando a ideia de que o *locus* legítimo do feminino era o âmbito doméstico¹⁴. Aliás, mesmo quando as mulheres frequentavam escolas, os currículos eram diferenciados, privilegiando habilidades e comportamentos relacionados aos cuidados dos filhos e do lar.

Sobre o debate da educação feminina, Maristela Maximovitz de Oliveira (2025, p. 17) corrobora ao destacar:

[...] as perspectivas de formação escolar para as mulheres se relacionam ao contexto social, cultural e produtivo. Desse modo, o debate sobre a educação da mulher não pode ser reduzido ao aspecto individual e/ou numa visão moralista, mas é um fator social, o qual contém as mesmas contradições e possibilidades presentes na sociedade.

A relação entre o recorte acima, a educação e representação da mulher é essencial para compreendermos que o acesso à escola e o currículo oferecido não são neutros; eles são reflexos das relações de poder de um determinado período. Uma vez que a formação da mulher responde a um “contexto produtivo, social e cultural”, pois a escola é um reflexo da sociedade. Logo, quando a sociedade necessitava da mulher gestora do lar, a educação feminina, grosso modo, quando existia centrava-se em artes domésticas; quando o sistema produtivo decorrente de guerras necessitou da mão de obra feminina, a escola adaptou-se para oferecer a instrução mínima para a realização do trabalho administrativo, fabril etc. O excerto de Maristela Maximovitz de Oliveira (2025) é uma chamada para não redução do debate a uma visão moralista. Antigamente, a reflexão centrava-se na indagação se era conveniente a mulher estudar sob a ótica da moral, se isso a corromperia, desviaria da sua nobre função materna. Neste pressuposto, a autora supracitada propõe que olhemos para a educação feminina como um fato social, onde as barreiras que as mulheres enfrentam na educação como a falta de incentivo das ciências exatas não são “escolhas individuais” e nem “falta de vocação”, pois são consequências de uma estrutura social que contém desigualdades e contradições.

O livro didático de história (manual escolar) entra como a materialização dessas “contradições e possibilidades” elencada por Maristela Maximovitz de Oliveira (2025), pois se a educação reflete o contexto cultural e social, o livro didático é o instrumento oficial dessa transmissão. A ausência de figuras históricas femininas nos livros didáticos é um sintoma social, é o reflexo de um contexto cultural que valoriza os feitos militares e políticos (reservado aos homens) em detrimento da vida privada e dos movimentos sociais onde as mulheres

¹⁴ Portanto: “Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos”. (Saffioti, 1987, p. 9)

atuavam. De acordo com Silva (2010) na maioria das páginas o livro didático de história, por ela pesquisado, retrata a mulher numa posição passiva, enfatizando a visão de que o protagonista da história é o homem. Todavia, ao apontar o termo “possibilidades” o livro também se apresenta como uma ferramenta de mudança. Ao revisitar a história e incluir a perspectiva feminina (o cotidiano, o trabalho feminino, a história das mulheres) atua em favor da transformação dessa realidade, em benefício de novas gerações com representações mais igualitárias.

Neste sentido, o livro didático, enquanto um reflexo desse arcabouço cultural, influencia e é influenciado por questões externas. Portanto, é possível observar, nos livros didáticos de história, que a representação da mulher objetivou contribuir com a naturalização das funções sociais e das desigualdades entre homens e mulheres. De acordo com o estudo de Angela Ribeiro Ferreira (2005), *Representações da história das Mulheres no Brasil em livros didáticos de História*, por exemplo, no que tange ao surgimento do movimento mulheres indígenas em Roraima no ano de 1996, descreve (Ferreira, 2005, p. 42): “[...] com intenção de dar voz e elaborar uma história desse grupo duplamente marginalizado: primeiro por ser indígena e, segundo por ser mulher”.

Em suma, é recorrente a representação das mulheres em espaços domésticos, associadas à vida privada e a passividade histórica, isto é, marginalizadas. Em seus estudos, Ana Paula Silva Santana (2023, p. 14) argumenta: “[...] se as mulheres são proibidas, silenciadas, coagidas e agredidas tantas vezes, não diz respeito às cólicas menstruais ou aos filhos que decidem ou são obrigadas a ter, trata-se, na verdade, da manutenção do poder patriarcal”. Essa realidade impacta diretamente na educação das meninas, em favor da ideia do protagonismo histórico pertencente aos homens¹⁵. De acordo com Angela Ribeiro Ferreira (2005, p. 34) no início do século XX existia, sobre a educação feminina, “uma imprensa educacional que servia para divulgar algumas imagens de mulher, tanto reafirmando o seu papel de esposa, dona-de-casa e mãe, quanto servindo de meio de divulgação das lutas femininas”. Portanto, o livro didático é o resultado das disputas sociais também explicitadas pelas obras de Saffioti (1987). Por isso o manual didático pode tanto servir na manutenção da mulher em funções subalternas quanto favorecer a emancipação da mulher, dependendo o modo com que história é reproduzida.

Via de regra, a análise da educação da mulher revela que o acesso feminino ao ensino se encontra historicamente condicionado por relações de poder e por uma lógica patriarcal, onde

¹⁵ Educação “em seu sentido lato, abrangente. A educação é tudo aquilo que muda e influencia na construção do caráter do homem e da mulher. Ela forma uns para o trabalho e outros para funções de mando. A educação incide no modo com que os homens e mulheres convivem em sociedade”. (Favoreto; Fernandes, 2025, p. 6)

a defesa da neutralidade da educação serve a manutenção da desigualdade. A mulher é educada para desempenhar uma função social, logo, sua representação na escola oscila entre a “trabalhadora virtuosa”, “a mãe valorosa”, raramente na condição de protagonista, em posição de liderança, refletindo assim as hierarquias de gênero existentes fora da escola.

Neste quadro, Saffioti (1987, p. 16) irá afirmar:

A divisão da população em classes sociais, profundamente desiguais quanto às oportunidades de “vencer na vida”, representa outra fonte de dominação, considerada absolutamente legítima pelos poderosos e por aqueles que se proclamam neutros, o mesmo se passando com as diferenças étnicas e raciais.

Historicamente, a exclusão das mulheres da educação formal foi considerada “legítima” e “natural”, onde o argumento de que a mulher não possuía capacidade biológica/intelectual para estudos complexos e de que tais estudos prejudicariam sua função materna. Quando a mulher teve seu acesso permitido aos estudos, estes se concentraram no cuidado (magistério e enfermagem) e voltados para “prendas do lar” (economia doméstica), relegando o monopólio do conhecimento, as ciências e a política aos homens, favorecendo a dominação masculina nos espaços de decisão. A ideia de neutralidade é uma armadilha na medida que ignora que meninas assumem responsabilidades domésticas muito mais cedo que meninos, essa “dupla jornada” que começa na infância impacta seu tempo de estudo e desempenho escolar. Saffioti (1987) trabalha a interseccionalidade (classe, raça e gênero): “o mesmo se passando com as diferenças étnicas e raciais”. O texto terminou citando etnia e raça; isso é crucial na educação feminina, pois não podemos falar de “mulher” como uma categoria única. Uma mulher branca de classe alta tem desafios educacionais diferentes de uma mulher pobre e negra. A mulher pobre e negra é passível de tripla penalidade mencionada no excerto: gênero, classe e raça¹⁶. Este destaque do livro de Saffioti (1987) desvela a teoria sociológica (dominação, legitimação e falsa neutralidade) que explicita a prática histórica da educação feminina. A educação foi usada não apenas para instruir, mas também para “enquadrar a mulher em seu papel na sociedade”, garantindo as oportunidades de poder e do monopólio do saber nas mãos dos homens, das elites e dos grupos étnicos dominantes.

Estudos e pesquisas educacionais na atualidade explicitam que, embora as mulheres tenham conquistado maior acesso à escolarização, os conteúdos e finalidades da educação feminina foram, por muito tempo, instrumentos de controle social. Neste diapasão, a

¹⁶ Bianchini (2023, p. 79), quanto a isso afirma: “Raça, Classe, gênero, orientação sexual e identidade de gênero dentre outros são marcadores sociais de opressão e precisam ser levados em consideração desde o momento de se pensar nas políticas públicas até quando decisões judiciais são tomadas”.

historiografia feminista, ao problematizar essas práticas pedagógicas associadas ao “mundo fora da escola”, contribui para a compreensão e consolidação de uma educação mais igualitária.

De acordo com Saffioti (1987, p. 113):

Para os liberais, a inferioridade social da mulher deriva da desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, especialmente nos campos da educação e do trabalho. Para esta corrente, basta qualificar a mão-de-obra feminina e oferecer-lhe oportunidades de trabalho para eliminar a inferioridade social da mulher.

Com isso, Saffioti apresenta sua crítica a visão liberal, que ela identifica como insuficiente e ingênua. Na condição de pesquisadora marxista, ela argumenta que a opressão da mulher é muito mais que uma “falta de treino”, “um acidente”; trata-se de uma peça fundamental para o funcionamento do capitalismo. A socióloga explicita essa contrariedade para demonstrar aos liberais que a “falta de acesso educacional” é o problema superficial, pois para ela, o problema é estrutural, isto é, o sistema capitalista precisa da mulher subalterna. Os liberais vendem a ilusão da solução mágica: se a mulher estudar ela sobe na vida, basta uma educação igualitária. Saffioti (1987), por sua vez, assinala a importância da educação, todavia, é preciso muito mais para derrubar o patriarcado. Mesmo educada, a mulher continua inserida num sistema sócio, econômico e cultural que desvaloriza o seu trabalho e a sobrecarrega com tarefas dentro e fora do âmbito doméstico. Portanto, para haver igualdade é necessário muito mais do que alocar a mulher no mundo do trabalho, pois isso não garante poder. A mulher educada, por vezes, absorvida pelo capitalismo como mão-de-obra mais barata e de reserva corrobora para manter a estrutura de exploração do sistema. Sendo assim, a partir de Saffioti (1987) é possível compreender que “qualificar a mão-de-obra” não altera o poder de mando. As mulheres podem ser educadas e trabalharem em espaços masculinos, porém se as relações de poder, se a raiz do problema continuar patriarcal e capitalista, a “inferioridade feminina” persistirá, no entanto, com uma roupagem mais palatável, mais moderna. Em suma, a partir de Saffioti (1987) a compreensão é de que não basta abrir a porta da escola (da educação formalizada) e da indústria (mão-de-obra qualificada para o trabalho); convém que seja derrubada o edifício inteiro (as estruturas de poder patriarcal e capitalista) para que a mulher seja realmente e integralmente livre.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo explicitou que a inserção da perspectiva da mulher na historiografia transcende a mera inclusão de personagens femininas nas narrativas do passado. Refere-se, essencialmente, a um necessário rompimento epistemológico com a hegemonia do modelo androcêntrico. A utilização do gênero como categoria analítica possibilitou a desnaturalização das hierarquias de poder e o entendimento de que a subordinação da mulher não decorre de determinismos biológicos, mas sim de complexas construções culturais, sociais e ideológicas, consolidadas e justificadas ao longo dos séculos, inclusive por meio da ciência.

Constata-se, no âmbito do Brasil, a eficácia do movimento analítico com o resgate sensível da experiência histórica e cotidiana das mulheres e a crítica estrutural ao sistema patriarcal. Esse mecanismo de dominação explicita-se materialmente nas instituições, com destaque para a educação formal e seus instrumentos, como o livro didático. Historicamente, ficou patente que, longe de ser neutra, a escolarização da mulher funcionou como um dispositivo de controle social e manutenção do *status quo*. Em linhas gerais, a educação colaborou para a vinculação da representação feminina ao espaço doméstico e ao exercício da maternidade e, posteriormente, para realizar trabalhos subalternos, obstaculizando sistematicamente o protagonismo social, histórico e político da mulher.

Para não concluir, enfatiza-se que o avanço na direção de uma sociedade igualitária ultrapassa as medidas paliativas da ótica liberal. A absorção precária pelo mercado de trabalho e o simples acesso à escola, de modo isolado, apenas modernizam as dinâmicas de exploração. Como demonstrado, a emancipação integral das mulheres exige o reconhecimento das interseccionalidades de raça, classe e gênero, bem como a superação dos ditames patriarcais e capitalistas. Em suma, a historiografia feminista além de ser um campo de reconstrução teórica do passado é, também, um instrumento ético-político indispensável para repensar a história, a sociedade, o Direito e a educação, forjando um futuro equitativo e democrático com efetividade.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Miliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BIANCHINI, Alice. *Teoria feminista do direito, seus métodos e a importância da perspectiva de gênero no campo jurídico*. Revista Esmat, Palmas, Ano 15, n. 25, p. 63-92, jan. /jun. 2023.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política. RJ: Niterói, Revista Gênero, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1º Semestre de 2005. Disponível em: < <https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/01112009-115122costa.pdf> > Acesso em 20.01.2026.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FAVORETO, Aparecida; FERNANDES, Hélio Clemente. *A Teoria Social, A história Calculei Mal e a Figura da Mulher Imigrante Italiana*. São José dos Pinhais – PR, Revista Aracê, v. 7, n. 9, p. 1-18, 2025. Disponível em: < <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/7726/9934> > Acesso em 06.02.2026.

LERNER, GERDA. *A Criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019.

OLIVEIRA, Maristela Maximovitz de. *A Educação da Mulher: Pesquisas, Teorias e Debates no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (2014-2023)*. Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cascavel, PR, 2025.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres do Sul*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTANA, Ana Paula Silva. *A mulher na minha pele: Um estudo do feminino, dos espectros e das histórias na historiografia brasileira e na literatura*. Tese de doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, MG, 2023. Disponível em: < <https://www.repositorio.ufop.br/server/api/core/bitstreams/e4ffdf08-376f-4a1a-882e-4b8199d0399e/content> > Acesso em 10.01.2026.

SCOTT, Joan W.. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Ana Paula. *A representação da mulher no livro de História*. São Paulo: Cortez, 2010.

SOHET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. *Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero*. Niterói – RJ, Graoatá, n. 25, p. 29-49, 2. Sem. 2008. Disponível em: < file:///D:/DADOS%20DO%20USUARIOS/Downloads/idafalves,+gragoata_v13n25a02.pdf > Acesso em 13.01.2026.